

Governo usará reforma para ter Constituinte

Brasília — O Governo pretende usar a emenda constitucional da reforma tributária, já aprovada em primeiro turno, para garantir a aprovação, ainda este ano, da emenda de convocação da Assembléia Constituinte, também aprovada em primeiro turno.

Como a proposta que reformula o mecanismo de repasse da receita federal prevê, para dezembro, a destinação Cr\$ 100 bilhões aos Estados e municípios, o Planalto acredita que a votação das duas emendas no mesmo dia garantirá o quorum de dois terços da Câmara e do Senado para aprovar a Constituinte.

As 16h de ontem, o autor do substitutivo da reforma tributária, Deputado Irajá Rodrigues (PMDB-RS), admitiu que não haveria quorum para votar a emenda em segundo turno. Mas não estava inquieto: "A partir do dia 18 novembro e até o dia 30 de dezembro, a matéria será votada e aprovada, como atesta a votação do primeiro turno (432 votos a favor e um contra"). O líder do PMDB na Câmara, Deputado Pimenta da Veiga, entretanto, prevê que a votação deverá acontecer entre 20 de novembro e 5 de dezembro.

A reforma tributária prevê uma receita adicional aos estados e municípios de Cr\$ 100 bilhões em dezembro e Cr\$ 8 trilhões 652 bilhões ao longo do próximo ano. Para entrar em vigor, terá que ser aprovada em segundo turno, por dois terços do Senado e da Câmara — 46 senadores e 320 deputados.

Irajá Rodrigues disse que a indefinição não preocupa os prefeitos e governadores — maiores interessados — "porque eles sabem que os deputados e senadores, a partir de agora, estarão mobilizados na campanha municipal. Além disso, têm certeza, como nós, de que a reforma será aprovada tão logo seja convocada sua votação".

O relator, porém, adverte: "Se, depois de 15 de novembro, sentirmos que o Governo está deixando o assunto em banho-maria, não hesitaremos em fazer nova caravana de prefeitos à Brasília, para pressionar por nossos direitos". Segundo Irajá Rodrigues, a qualquer momento, a frente municipalista pode trazer a Brasília mais de 2 mil prefeitos.

Pimenta da Veiga adiantou que, como aconteceu na primeira votação, os destaques da emenda da Constituinte serão votados paralelamente à reforma tributária, deixando claro que o Planalto insistirá na tática de acoplar as duas propostas.



Tensos e exaustos, muitos deputados procuravam seus líderes para saber como votar

Brasília—Foto de Luciano Andrade